
Mucuri
Energética S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Mucuri Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mucuri Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mucuri Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Mucuri Energética S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

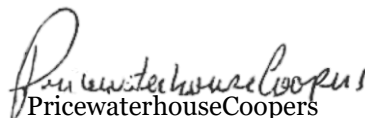


Mucuri Energética S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Signed By: JOSE VITAL PESSOA MONTEIRO FILHO 85612618468
CPF: 85612618468
Signing Time: 31 March 2022 | 15:52 BRT


117192B45C34850CE5F40D88CFB9DA

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

MUCURI ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



Índice

1. Balanços Patrimoniais.....	6
2. Demonstrações do Resultado	8
3. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
4. Demonstrações do Fluxo de Caixa	10
5. Demonstrações do Resultado Abrangente	11
6. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12
7. Relatório da Administração	29

MUCURI ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.725	3.762
Aplicações financeiras	6	4.369	16.356
Contas a receber de clientes	7	1.794	2.086
Outros ativos	9	226	825
Total do ativo circulante		10.114	23.029
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	10	195	2.219
Imobilizado	11	101.639	103.688
Intangível		57	70
Total do ativo não circulante		101.891	105.977
TOTAL DO ATIVO		112.005	129.006

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MUCURI ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	1.436	604
Empréstimos e financiamentos	13	5.709	5.712
Tributos a recolher	14	385	425
Outros passivos	15	27	293
Total do passivo circulante		7.557	7.034
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	26.419	32.036
Provisão para passivos judiciais	16	648	1.030
Outros passivos	15	13.099	26.774
Total do passivo não circulante		40.166	59.840
TOTAL DO PASSIVO		47.723	66.874
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17	183.056	178.056
Prejuízos acumulados		(118.774)	(115.924)
Total do patrimônio líquido		64.282	62.132
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		112.005	129.006

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MUCURI ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
RECEITA LÍQUIDA	19	26.251	29.401
Custo dos serviços vendidos	20	(17.633)	(15.212)
LUCRO BRUTO		8.618	14.189
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(5)	(2)
Outras, líquidas	20	(5.093)	(34)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		3.520	14.153
RESULTADO FINANCEIRO	21		
Despesas		(2.324)	(3.005)
Receitas		357	1.271
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(3.427)	(2.884)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.874)	9.535
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(976)	(1.332)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.850)	8.203
RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Básico	18	(0,015676)	0,046070
Diluído	18	(0,015676)	0,046070

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MUCURI ENERGÉTICA S.A.**Demonstrações Financeiras**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020*(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)***DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado líquido do exercício	(2.850)	8.203
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	(2.850)	8.203

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

MUCURI ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	178.056	(124.127)	53.929
Resultado abrangente total			
Resultado líquido do exercício		8.203	8.203
Saldos em 31 de dezembro de 2020	178.056	(115.924)	62.132
Resultado abrangente total			
Resultado líquido do exercício		(2.850)	(2.850)
Aumento de capital (nota 17)	5.000		5.000
Saldos em 31 de dezembro de 2021	183.056	(118.774)	64.282

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	(2.850)	8.203
Ajustes por		
Depreciação e amortização	2.647	2.623
Rendimentos sobre aplicações financeiras (nota 21)	(352)	(325)
Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas (nota 21)	2.117	2.447
Variações monetárias, líquidas (nota 21)	3.427	2.884
Provisão (reversão) para passivos judiciais, líquido (nota 16)	1.217	(13)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	292	1.392
Depósitos judiciais	2.024	(539)
Outros ativos	599	(61)
Acréscimo (decréscimo) em passivos		
Fornecedores	832	(192)
Tributos a recolher	804	1.021
Outros passivos	(18.967)	(1.415)
Caixa gerado nas operações	(8.210)	16.025
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	928	164
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 13.3)	(2.121)	(2.467)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(844)	(1.644)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(10.247)	12.078
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de imobilizado (nota 11)	(585)	(421)
Aplicações financeiras, líquidas	11.411	(10.041)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	10.826	(10.462)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital (nota 17)	5.000	
Pagamento de empréstimos e financiamentos (nota 13)	(5.616)	(5.616)
Pagamento de dividendos (nota 17)		(123)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos	(616)	(5.739)
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(37)	(4.123)
No início do exercício	3.762	7.885
No final do exercício	3.725	3.762
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(37)	(4.123)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mucuri Energética S.A. (“Pequena Central Hidrelétrica Mucuri”, “PCH Mucuri”, “PCHM” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada a atuar como produtora independente de energia elétrica, com sede na cidade de São Paulo no estado de São Paulo e tem por objetivo a produção de energia elétrica a partir da hidrelétrica PCH Mucuri, para a exploração do potencial hidráulico com 19 megawatts de potência total instalada, no Rio Mucuri, localizado nos Municípios de Pavão e Carlos Chagas, no estado de Minas Gerais.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio da Resolução nº. 749 de 18 de dezembro de 2002, autorizou a PCH Mucuri iniciar a sua operação comercial a partir desta data. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº. 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto nº. 2.003/1996, bem como no artigo 26 da Lei nº. 9.427/1996, com a redação dada pela Lei nº. 9.648/1998.

A autorização de exploração tem vigência de 32 anos e 9 meses iniciado a partir de 18 de dezembro de 2002, que é a data da outorga da referida autorização pelo poder concedente, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela ANNEEL. A Companhia possui um contrato de venda de longo prazo no ambiente de contratação livre, com característica de compra e venda e energia incentivada.

A Companhia é controlada pela Suzano S.A. que detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social.

A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pelo Diretoria Executiva da Companhia em 24 de março de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais (“R\$”), exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.15.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistentes com aquelas utilizadas na controladora Suzano S.A.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 01 de janeiro de 2021.

3.1. Novas políticas contábeis contábeis adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3.1.1. Reforma da taxa de juros de referência – CPC 38 - CPC 40 (R1) e CPC 48 – Fase 2 (Aplicável em/ou após 1º de janeiro de 2021, permitida adoção antecipada)

A adoção da fase 2, resume-se à:

(i) mudanças nos fluxos de caixa contratuais: expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;

(ii) requisitos de *hedge accounting*: fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge accounting* (Fase 1); e

(iii) divulgações: requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a Companhia está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das *Interbank Offered Rate* (“IBORs”).

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não terá impactos em suas demonstrações financeiras, pois não possui dívidas e/ou derivativos atrelados a LIBOR.

3.1.2. Arrendamento – CPC 06 (R2) – Atualização do original emitido em 16 de junho de 2020 (Aplicável em/ou após 1º de abril de 2021, permitida adoção antecipada)

Em 31 de março de 2021, este pronunciamento foi alterado em decorrência de benefícios concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento devido à pandemia da COVID-19.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, uma vez que não há contratos de arrendamentos, prestação de serviço ou fornecimento que se enquadrem nos critérios estabelecidos pela norma.

3.2. Políticas contábeis adotadas

3.2.1. Moeda funcional e de apresentação

A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras.

3.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.2.3. Instrumentos financeiros

3.2.3.1. Classificação

Os instrumentos são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

- (i) custo amortizado; e
- (ii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.3.2. Instrumentos mensurados ao custo amortizado

São instrumentos mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

3.2.3.3. Instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo da rubrica de aplicações financeiras.

3.2.3.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

3.2.3.4.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

3.2.4. Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia e quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada.

A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado do exercício. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

3.2.5. Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmobilização, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.6. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

3.2.7. Contas a pagar aos fornecedores

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

3.2.8. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

3.2.9. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis e ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.2.11. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.2.12. Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em obrigação de desempenho seja cumprida e que haja a obtenção substancial da totalidade dos benefícios econômicos pela Companhia.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 passos: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Toda a energia é negociada no Ambiente de Comercialização Livre ("ACL"), sendo que a entrega da energia é formalizada nos sistemas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Integrado Nacional ("SIN").

O volume passivo de ser negociado é dado pela garantia física, definida em 11,95 MW pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A medição contábil do volume de energia é dada pela garantia física sazonalizada, ajustada pelo Generation Scaling Factor ("GSF"), que é a razão do total de energia gerada pelo total da garantia física sazonalizada pelas usinas participantes do Mecanismos de Realocação de Energia ("MRE").

O ("MRE") é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, e as despesas decorrentes do déficit energético entre a garantia física sazonalizada e a medição contábil resultante do MRE, quando esse déficit existir.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apresentada líquida de qualquer imposto incidentes, reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

3.2.13. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, mensurados pela taxa efetiva de juros, despesas bancárias, juros sobre empréstimos e financiamentos e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.2.14. Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3.2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (nota 11);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (nota 11); e
- provisão para passivos judiciais (nota 16).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2021, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras .

3.3.1. CPC 25 – Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada)

As alterações no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do “custo incremental” podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição.

A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução do CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1), que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1) especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o IAS 37 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação.

3.3.2. Imobilizado – CPC 27 – Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo CPC, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O CPC alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados.

Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. O CPC 16 – Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção.

3.3.3. Apresentação das demonstrações contábeis – CPC 26 – Classificação de passivos como circulante e não circulante (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

As alterações do CPC 26 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez; e
- (ii) crédito.

A Administração dos riscos de liquidez e de crédito da Companhia é realizada controladora Suzano de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

4.1.2 Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta de caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto a instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela alta gestão da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

						31 de dezembro de 2021
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	1.436	1.436	1.436			
Empréstimos e financiamentos	32.128	40.479	7.600	6.252	14.133	12.494
Outros passivos	13.126	13.126	27	13.099		
	<u>46.690</u>	<u>55.041</u>	<u>9.063</u>	<u>19.351</u>	<u>14.133</u>	<u>12.494</u>

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	31 de dezembro de 2020 Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	604	604	604			
Empréstimos e financiamentos	37.748	47.272	7.677	7.393	15.477	16.725
Outros passivos	27.067	27.067	293	26.774		
	<u>65.419</u>	<u>74.943</u>	<u>8.574</u>	<u>34.167</u>	<u>15.477</u>	<u>16.725</u>

4.1.3 Administração de risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.1.4 Administração de risco de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

4.1.4.1 Clientes

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Baixo ⁽¹⁾	<u>1.794</u>	<u>2.086</u>
	<u>1.794</u>	<u>2.086</u>

1) Vincendo

4.1.4.2 Bancos e instituições financeiras

A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.725	3.762
Aplicações financeiras	4.369	16.356
	8.094	20.118

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Classificação de risco ⁽¹⁾		
brAAA	8.094	20.118
	8.094	20.118

¹⁾ Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e bancos	3.725	3.762
	3.725	3.762

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa média % a.a.	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Em moeda nacional			
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	99,45% do CDI	4.369	16.356
		4.369	16.356

¹⁾ Refere-se à uma conta caução constituída para suplementar eventuais faltas de recursos da Companhia durante a fase de amortização do financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento ("BNDES") (nota 13) .

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Cientes no país		
Terceiros	1.794	2.086
	1.794	2.086

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

7.1. Análise dos vencimentos

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Valores a vencer	1.794	2.086
	<u>1.794</u>	<u>2.086</u>

8. PARTES RELACIONADAS

		Saldos a receber (pagar), líquido	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Transações com acionista controlador	Natureza		
Suzano S.A	Reembolso de despesas		(4)
			<u>(4)</u>
Passivo			
Fornecedores			(4)
			<u>(4)</u>
		Receitas (Despesas), líquidos	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Transações com acionista controlador	Natureza		
Suzano S.A	Geração e distribuição de energia elétrica	(1.398)	(4.691)
Suzano S.A	Reembolso de despesas		(4)
		<u>(1.398)</u>	<u>(4.695)</u>

9. OUTROS ATIVOS

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Estoques – manutenção e segurança	34	34
Despesas antecipadas	58	261
Clientes de energia a faturar		523
Preço de Liquidação das Diferenças – CCEE ⁽¹⁾	113	7
Outros ativos	21	
	<u>226</u>	<u>825</u>

1) PLD é um valor determinado para contabilizar e liquidar as diferenças entre a energia contratada, gerada e consumida, de acordo com o Custo Marginal de Operação ("CMO"), definido pela CCEE.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Cíveis e ambientais ⁽¹⁾	11	2.040
Tributário	184	179
	<u>195</u>	<u>2.219</u>

1) Alteração de prognóstico de probabilidade de perda possível em 2020 para provável em 2021. Apresentação líquida no passivo em 2021.

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Taxa de depreciação média anual %		3,07	3,52		7,21	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.291	122.980	16.500	266	213	144.250
Adições ⁽¹⁾			58	363		421
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.291	122.980	16.558	629	213	144.671
Adições ⁽¹⁾			64	521		585
Transferências e outros			630	(630)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.291	122.980	17.252	520	213	145.256
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(28.501)	(9.863)		(10)	(38.374)
Adições ⁽²⁾		(1.537)	(1.070)		(2)	(2.609)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(30.038)	(10.933)		(12)	(40.983)
Adições			(2.631)		(3)	(2.634)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(30.038)	(13.564)		(15)	(43.617)
Valor residual						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.291	92.942	5.625	629	201	103.688
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.291	92.942	3.688	520	198	101.639

- 1) O saldo de obras em andamento em 2020 é proveniente de investimentos realizados na usina hidrelétrica para otimização da sua operação, como aquisição de sistema de alerta sonoro, retrofit do disjuntor de 145 KV da PCHM e aquisição de atualização tecnológica da rede de dados.
- 2) O saldo de obras em andamento em 2021 é proveniente de investimentos realizados na usina hidrelétrica para otimização da sua operação.

12. FORNECEDORES

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Em moeda nacional		
Partes relacionadas (nota 8)		4
Terceiros	1.436	600
	1.436	604

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1. Abertura por modalidade

Modalidade	Indexador	Encargos anuais médios - %	Circulante		Não circulante		Total	
			31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Em moeda nacional								
BNDES – Finem ⁽²⁾	Fixo	3,0	2.079	2.081	1.037	3.113	3.116	5.194
BNDES – Finem ⁽²⁾	TJLP ⁽¹⁾	7,13	3.630	3.631	25.382	28.923	29.012	32.554
			<u>5.709</u>	<u>5.712</u>	<u>26.419</u>	<u>32.036</u>	<u>32.128</u>	<u>37.748</u>
Juros sobre financiamento			93	96			93	96
Financiamentos captados a longo prazo			<u>5.616</u>	<u>5.616</u>	<u>26.419</u>	<u>32.036</u>	<u>32.035</u>	<u>37.652</u>
			<u>5.709</u>	<u>5.712</u>	<u>26.419</u>	<u>32.036</u>	<u>32.128</u>	<u>37.748</u>

1) Caso Taxa de Juros de Longo Prazo exceda 6% a.a., a porção excedente é incluída dentro do principal e sujeita aos juros.

2) Os empréstimos e financiamentos foram constituídos com objetivo de auxiliar na construção de implantação da PCH Mucuri.

13.2. Cronograma de Vencimentos

Modalidade	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Em moeda nacional						
BNDES	4.579	3.542	3.542	3.542	11.214	26.419
	<u>4.579</u>	<u>3.542</u>	<u>3.542</u>	<u>3.542</u>	<u>11.214</u>	<u>26.419</u>

13.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
No início do exercício	37.748	43.384
Variação monetária		
Liquidação de principal	(5.616)	(5.616)
Liquidação de juros	(2.121)	(2.467)
Despesas de juros (nota 20)	2.117	2.447
No fim do exercício	<u>32.128</u>	<u>37.748</u>

13.4. GARANTIAS

A Companhia possui um saldo classificado como fundo de investimento, referente a um depósito em garantia constituído para suplementar eventuais faltas de recursos da Companhia durante a fase de amortização do financiamento com o BNDES. E como garantia da operação, são definidos em contrato a totalidade das ações do capital social e a totalidade da receita proveniente de energia elétrica até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas (nota 6).

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

14. TRIBUTOS A RECOLHER

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
PIS/COFINS - operações ⁽¹⁾	74	103
IRPJ/CSLL ⁽²⁾	231	226
INSS retido na fonte ⁽³⁾	21	41
ISS ⁽⁴⁾	46	43
Outros impostos e contribuições	13	12
	385	425

- 1) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): impostos incidentes na venda de energia elétrica.
- 2) Imposto de Renda Pessoa Jurídica/ Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- 3) Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS")
- 4) Imposto Sobre Serviços ("ISS").

15. OUTROS PASSIVOS

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Provisão liminar GSF ⁽¹⁾		16.234
Provisão diversas	29	293
Provisão TAC ⁽²⁾	13.097	10.540
	13.126	27.067
Circulante	27	293
Não circulante	13.099	26.774

- 1) A crise hidrológica no Brasil tem gerado a redução no nível dos reservatórios e por consequência, aumento no volume de despacho das usinas termelétricas. Com isso, em julho de 2015, a Associação de Produtores Independentes de Energia Elétrica ("APINE") estabeleceu o *Generation Scaling Factor* ("GSF") como um mecanismo de ajuste para compensação dos efeitos do custo com a captação de energia no mercado. Os valores apresentados referem-se à operacionalização de decisão judicial e são apenas previsões do que o agente poderá pagar quando da revogação da decisão judicial, com base em informações conhecidas até a presente data. Em 2021, a PCHM requereu desistência e a renúncia do direito e desta forma efetou a liquidação da obrigação no dia 20.05.2021 no montante de R\$ 18.793.
- 2) Provisão constituída para o Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") celebrado com o Ministério Público Estadual ("MPE") para elaborar um plano ambiental de conservação, um plano de recuperação de área degradada e um projeto de restauração florestal para as áreas referentes à PCH Mucuri.

16. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e ambientais.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais, constituída de acordo com o CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

16.1 Movimentação da provisão dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

Natureza do processo	31 de dezembro de 2021				Provisão Líquida 2021
	Provisão Líquida 2020	Adições	Reversões	Correção Monetária	
Trabalhistas	1.030		(1.125)	2	93
Cíveis e ambientais		2.342		96	(1.790)
	<u>1.030</u>	<u>2.342</u>	<u>(1.125)</u>	<u>98</u>	<u>648</u>

Natureza do processo	31 de dezembro de 2020				Provisão Líquida 2020
	Provisão Líquida 2019	Adições	Reversões	Correção Monetária	
Trabalhistas	1.028		(93)	95	1.030
Cíveis e ambientais	15		(5)	2	(12)
	<u>1.043</u>		<u>(5)</u>	<u>97</u>	<u>1.030</u>

16.2 Saldo da provisão dos processos com risco de perda possível

Natureza dos processos	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Trabalhista ⁽¹⁾	21	
Tributários e previdenciários		216
Cíveis e ambiental ⁽²⁾	221	2.532
Total	<u>242</u>	<u>2.748</u>

1) Refere-se a novos processos trabalhista

2) Refere-se a atualização monetária dos processos cíveis e ambiental

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital Social

Em 23 de abril de 2021, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, o aumento do capital social de R\$178.056 em 2020 (cento e setenta e oito milhões, cinquenta e seis mil reais) para R\$183.056 em 2021 (cento e oitenta e três milhões, cinquenta e seis mil reais), representando, portanto, um aumento no capital social no valor de R\$5.000 (cinco milhões de reais), mediante a emissão de 5.000 (cinco milhões de reais) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) fixado de acordo com o artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, totalmente subscrito e integralizado na presente data, conforme boletim de subscrição que integra a presente ata na forma do Anexo I.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$183.056, dividido em 183.056 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

17.2. Dividendos

O Estudo Social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é de 3% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 18.

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram distribuídos dividendos, em decorrência dos prejuízos acumulados.

18. RESULTADO POR AÇÃO

18.1 Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício e que compõem o capital social.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(2.850)	8.203
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>181.806.000</u>	<u>178.056.000</u>
Resultado básico por ação ordinária - R\$	<u>(0,015676)</u>	<u>0,046070</u>

18.2 Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, bem como outros itens potenciais para fins de diluição, dessa forma, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em razão do prejuízos apurados nos exercícios, a Companhia não considerou no cálculo o efeito diluidor.

19. RECEITA LÍQUIDA

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita bruta de vendas	<u>27.246</u>	<u>30.514</u>
Deduções		
Impostos sobre vendas	<u>(995)</u>	<u>(1.113)</u>
Receita líquida de vendas	<u>26.251</u>	<u>29.401</u>

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20. DESPESAS POR NATUREZA

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Custo do serviço vendido		
Custo variável ⁽¹⁾	(9.883)	(7.075)
Serviços de terceiros	(2.711)	(2.998)
Custos com energia		(372)
Depreciação e amortização	(2.647)	(2.623)
Gastos com energia - CCEE	(2.392)	(2.144)
	<u>(17.633)</u>	<u>(15.212)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Demais despesas	(5)	(2)
	<u>(5)</u>	<u>(2)</u>
Outras despesas operacionais		
Provisões cíveis ⁽²⁾	(1.500)	
Provisão complementar da ("TAC") ⁽³⁾	(3.578)	
Demais despesas	(15)	(34)
	<u>(5.093)</u>	<u>(34)</u>

1) Inclui custos com consumo de materiais e gastos com energia elétrica, etc.

2) Refere-se a novos processos cíveis

3) Refere-se a complemento da provisão(" TAC")

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	352	325
Outras receitas financeiras	5	946
	<u>357</u>	<u>1.271</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.117)	(2.447)
Juros passivos	(57)	(436)
Despesas bancárias	(146)	(119)
Outras despesas financeiras	(4)	(3)
	<u>(2.324)</u>	<u>(3.005)</u>
Variações monetárias e cambiais, líquidas		
Empréstimos e financiamentos	69	
Ativos e passivos	(3.496)	(2.884)
	<u>(3.427)</u>	<u>(2.884)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(5.394)</u>	<u>(4.618)</u>

MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

22. RECONCILIAÇÃO DOS EFEITOS DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita bruta de vendas	27.769	29.991
Presunção imposto de renda – 8% (a)	2.222	2.399
Presunção contribuição social – 12% (b)	3.332	3.599
Demais receitas e ganhos de capital (c)	426	1.271
Base de Cálculo - IRPJ (a) + (c)	2.648	3.670
Imposto de renda: 15%	397	551
Adicional do imposto de renda: 10%	241	343
Total de IRPJ (i)	638	894
Base de Cálculo – CSLL (b) + (c)	3.758	4.870
Contribuição social: 9%	338	438
Total de CSLL (ii)	338	438
Imposto de renda e contribuição social (i) + (ii)	976	1.332

- 1) Artigo 587 do Decreto nº 9.580 de 22 de Novembro de 2018, A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$78.000 ou a R\$6.500 multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido (Lei nº 9.718/ 1998, art. 13, caput, Decreto nº 9.580/2018).

23. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Companhia está inserida na cobertura de seguro da Suzano S.A., para as apólices de Risco Operacional, com limite máximo para indenização de US\$ 1.000.000, com vigência até 30/04/2022; e de D&O, responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral, apólice própria, no montante de R\$ 10.000 com vigência até 11/12/2021.

A Administração da Companhia considera esses valores suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos nossos auditores independentes.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

VISÃO GERAL

Em 19 de fevereiro de 2018, foi concluída a operação com a Queiroz Galvão Energia S.A. com a aquisição da totalidade das ações de emissão da Mucuri Energética S.A. (“PCH Mucuri”, “PCHM” ou “Companhia”), que detém uma pequena central hidrelétrica localizada nos municípios de Carlos Chagas e Pavão, em Minas Gerais.

A PCHM foi criada em 2007, produz e compra energia elétrica.

A Companhia não tem colaboradores diretos.

A geração de energia elétrica da PCHM em 2021 foi de 35.918,59MWh, 35% inferior ao total produzido em 2020, resultado da crise hídrica vivenciada desde o final do ano de 2020 até o final de 2021.

Em 2021, a receita líquida obtida com as vendas de energia elétrica totalizou R\$26.251 mil, 11% inferior em relação a registrada em 2020, de R\$29.401 mil.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais (“R\$”), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2021 foi de R\$26.251 mil, 11% inferior à receita líquida registrada em 2020, de R\$29.401 mil, devido à redução nas operações de compra e venda entre a Companhia e sua controladora Suzano S.A.. A redução na receita foi acompanhada por uma redução nas despesas com compra de energia na mesma proporção.

Custo dos Serviços Vendidos (“CSV”)

O custo dos serviços vendidos em 2021 totalizou R\$17.633 mil, 116% superior ao registrado em 2020, de R\$15.212 mil. O principal fator é resultado da crise hídrica vivenciada desde o final do ano de 2020 até o final de 2021.

Lucro Bruto

A redução do lucro bruto de R\$8.618 mil em 2021 para R\$14.189 mil em 2020 é explicada pelo resultado operacional acima exposto.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$5 mil em 2021, 150% superior ao montante registrado em 2020 de R\$2 mil. Esta redução deriva, principalmente da contratação de serviços externos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$5.394 mil em 2021, comparado ao resultado negativo de R\$4.618 mil em 2020. Esse resultado reflete, principalmente, ao aumento da atualização monetária da provisão de GSF (Generation Scaling Factor), da redução dos juros sobre empréstimos e financiamentos e aumento da atualização monetária dos depósitos judiciais em 2021.

A redução da despesa financeira de R\$3.005 mil em 2020 para R\$2.324 mil em 2021 é explicada pelo exposto acima, assim como o aumento das receitas financeiras de R\$2.884 mil em 2020 para 3.427 mil em 2021, totalizando um aumento de 19% no resultado financeiro líquido no período.

Resultado Líquido

Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou lucro de R\$2.850 mil em 2021, em comparação ao lucro líquido de R\$8.203 mil do ano anterior.

Endividamento

O endividamento era de R\$32.128 mil em 2021, 15% inferior ao montante registrado em 2020 de R\$37.748 mil. Dos quais 82% dos vencimentos no longo prazo e 18% no curto prazo. A dívida é em moeda local e a diminuição da dívida bruta deriva das liquidações das parcelas mensais dos empréstimos e financiamentos efetuadas no período.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi positivo em 2021 apresentou uma redução de 60% comparado a R\$20.118 mil em 2020. Dos quais 54% estavam aplicados em fundo exclusivo que aloca recursos em instrumentos de renda fixa que são diversificados entre títulos públicos de instituições financeiras privadas e o restante estava aplicado em investimentos de curto prazo no exterior.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da PCHM estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente a 3% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício, que deve ser distribuído proporcionalmente aos acionistas de qualquer espécie, classe e categoria, calculados pelo sistema "pro rata tempore" em relação às subscrições de capital efetuadas no exercício base de cálculo.

Em 2021 a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 3.357.

A Companhia apurou lucro líquido no ano de 2020, no valor de R\$8.203 mil, porém a Companhia possuía prejuízos acumulados no montante de R\$ 110.719 mil, desta forma, os lucros foram absorvidos pelos prejuízos.

RATING

Ao longo de 2021, a PCHM manteve o *rating* Grau de Investimento (brAAA) na *escala global pela Standard and Poor's e pela Fitch Ratings* para a maioria dos seus investimentos financeiros.

SUSTENTABILIDADE

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A.

GOVERNANÇA

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A.

PESSOAS

A Companhia está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A.

Certificate Of Completion

Envelope Id: 139737BD2EFC4D23AC344DA155B93CA5

Status: Completed

Subject: Please DocuSign: MUCURIENERGETICA21.DEZ.pdf

Source Envelope:

Document Pages: 33

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Daniela Teruko

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Enveloped Stamping: Enabled

Branca

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, SP 05001-100

daniela.teruko@pwc.com

IP Address: 34.99.77.49

Record Tracking

Status: Original

Holder: Daniela Teruko

Location: DocuSign

31 March 2022 | 11:52

daniela.teruko@pwc.com

Status: Original

Holder: CEDOC Brasil

Location: DocuSign

31 March 2022 | 15:52

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Signer Events

Jose Vital

jose.vital@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

Signature Adoption: Uploaded Signature Image

Using IP Address: 54.94.245.207

Timestamp

Sent: 31 March 2022 | 11:55

Viewed: 31 March 2022 | 15:50

Signed: 31 March 2022 | 15:52

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Daniela Teruko

daniela.teruko@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Sent: 31 March 2022 | 15:52

Viewed: 31 March 2022 | 15:52

Signed: 31 March 2022 | 15:52

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	31 March 2022 11:55
Certified Delivered	Security Checked	31 March 2022 15:50
Signing Complete	Security Checked	31 March 2022 15:52
Completed	Security Checked	31 March 2022 15:52

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------